



# SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 662, DE 2004

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,  
sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003 (nº  
4.295/2001, na casa de origem), que dispõe sobre a  
oferta e as formas de afixação de preços de produtos e  
serviços para o consumidor.

**RELATOR: Senador EFRAIM MORAIS**

### I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise e decisão, o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003 (PL nº 4.295, de 2001, na Casa de origem), de iniciativa do ilustre Deputado **SALATIEL CARVALHO**, que pretende disciplinar as formas de afixação de preços de produtos e serviços.

O projeto de lei está estruturado conforme se mostra a seguir.

O art. 1º define o objetivo da proposição, que é o de regular as condições de oferta e afixação de preços de bens e serviços para o consumidor.

As duas formas de afixação de preços estão propostas no art. 2º. No comércio em geral, por meio de etiquetas ou similares afixados diretamente nos bens expostos à venda, e em vitrines, com os respectivos preços à vista e em caracteres legíveis. Em auto-serviços, supermercados, hipermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais, com acesso direto do consumidor ao produto, sem intervenção do comerciante, fica estabelecida a impressão ou afixação do preço do produto na embalagem, ou ainda, a afixação de código de barras. Por sua vez, o parágrafo único do citado art. 2º, determina que, nos casos de uso de código referencial ou código de barras, o comerciante deverá expor informação clara e legível sobre o preço à vista do produto, características e código, junto aos itens expostos.

Quando da impossibilidade de afixação de preços conforme descrito anteriormente, o art. 3º permite o uso de relação de preços dos produtos expostos, em forma escrita, clara e acessível ao consumidor.

O *caput* do art. 4º impõe, para os estabelecimentos que utilizem códigos de barra para apreçamento, a disponibilização de leitoras óticas para a consulta de preços de venda pelo consumidor, situados na área de vendas e em outras de fácil acesso. Já o § 1º desse artigo remete a regulamento a definição da área máxima atendida para cada leitora ótica, segundo o tipo e o tamanho do estabelecimento e a quantidade e a diversidade dos itens de bens e serviços, além de outros parâmetros. Por fim, seu § 2º define a área de vendas como aquela na qual os consumidores têm acesso às mercadorias e serviços ofertados para consumo no varejo, dentro do estabelecimento comercial.

De acordo com o art. 5º, na hipótese de divergência de preços para o mesmo produto entre os sistemas de informação de preços usados pelo estabelecimento, o consumidor pagará o menor entre eles.

O art. 6º sujeita aquele que descumprir as disposições da lei à pena de advertência e, se reincidente, à de multa de cinquenta a duzentos e cinquenta reais por infração, passível de correção anual a ser regulamentada.

Na Câmara dos Deputados, foi apreciada e aprovada, por unanimidade de votos, com substitutivo e com complementação de voto, na Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC). Foi aprovada unanimemente na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, e recebeu parecer, também unânime, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, com subemenda.

Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, o projeto de lei sob estudo foi encaminhado a esta Casa, em 20 de novembro de 2003.

## **II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão o exame do mérito da proposta, no que concerne aos aspectos econômicos e financeiros, em conformidade com o disposto no art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal. No entanto, ela deve pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, em decorrência do encaminhamento do projeto de lei unicamente a esta Comissão.

A proposição em apreço cuida de assunto da competência da União, e seu exame se inclui entre as atribuições do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar é legítima (CF, art. 61).

No tocante ao mérito, cabe ressaltar que a etiquetagem de todos os produtos gera um incremento significativo nas despesas de

custeio com folha de pagamento, uma vez que é necessária a contratação de um número maior de funcionários, especialmente voltado para a etiquetagem exaustiva dos produtos. Com efeito, o custo advindo desse procedimento é repassado para o consumidor. É de realçar que o maior beneficiado pelo projeto de lei sob comento é o consumidor de menor poder aquisitivo, que representa a maior parcela da classe consumidora do País, o que denota o elevado alcance social e econômico da proposta em análise.

Desse modo, vale observar que a alta relação custo/benefício justifica a adequação do processo de informar os preços à evolução tecnológica. Com a informação correta nas gôndolas e a ampla disponibilização de leitoras óticas em todo o estabelecimento, fica plenamente assegurada a informação clara, adequada, precisa e ostensiva a que o consumidor tem direito, consoante o disposto nos arts. 6º, inciso III, e 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC.

Ademais, observe-se que a *harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores, constitui um dos princípios em que se assenta a Política Nacional de Relações de Consumo, como enunciada no inciso III do art. 4º da norma consumerista.*

Como se vê, a evolução tecnológica e a defesa do consumidor devem ser compatibilizadas. Note-se, portanto, que o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003, está em perfeita consonância com o previsto no inciso III do art. 4º do CDC. Além disso, é meritório, porquanto atende ao princípio da razoabilidade e busca maior proteção para o consumidor, sobretudo o de baixa renda.

### III – VOTO

Diante do exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2003.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

### COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 2003 NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/06/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE:

RELATOR:

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO ( PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDEI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT)	3-SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT)	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-MAGNO MALTA (PL)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6-AELTON FREITAS (PL)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSB)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP	7-MAGUITO VILELA
PFL	
CÉSAR BORGES	1-ANTONIO CARLOS MAGALHAES
EFRAIM MORAIS	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO	3-EDISON LOBAO
JORGE BORNHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO	6-MARCO MACIEL
PSDB	
MARCOS GUERRA	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN
PDT	
ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
PPS	
PATRICIA SABOYA GOMES	1-MOZARILDO CAVALCANTI

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

República Federativa do Brasil

# Constituição

1988

**Art. 48.** Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: (EC nº 19/98, EC nº 32/2001 e EC nº 41/2003)

- I -- sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II -- plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III -- fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV -- planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V -- limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI -- incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
- VII -- transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII -- concessão de anistia;
- IX -- organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;
- X -- criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;
- XI -- criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- XII -- telecomunicações e radiodifusão;
- XIII -- matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV -- moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;
- XV -- fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (EC nº 18/98 e EC nº 32/2001)

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I -- fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II -- disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

---

**Art. 65.** O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

*Parágrafo único.* Sendo o projeto emendado, voltará à Casa iniciadora.

---

**Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (EC nº 6/95 e EC nº 42/2003)

I – soberania nacional;

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade;

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

*Parágrafo único.* É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

---



LEI N. 8.078 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

*Dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências*

Art. 4.º A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transferência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

III — harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (artigo 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

Art. 6.º São direitos básicos do consumidor:

III — a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Publicado no *Diário do Senado Federal*, de -6-2004